



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0008193-67.2014.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes**
 Requerente: **WILLIAM ROSSI MARIOLO**
 Requerido: **Jk Curso Preparatorios Ss Ltda**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

DECIDO.

Trata-se de ação em que o autor almeja à rescisão de contrato celebrado com a ré para a frequência de curso pré-vestibular, bem como ao ressarcimento dos danos morais que suportou em decorrência de sua indevida inscrição perante órgãos de proteção ao crédito realizada pela ré.

É incontroverso que o autor firmou com a ré instrumento para a prestação de serviços consistentes na frequência a curso pré-vestibular a cargo desta (fls. 02/03).

O autor alegou que fez o pagamento de valores até novembro/2013, muito embora já nesse mês não tenha participado das aulas (a ré não refutou especificamente esse fato e tampouco comprovou a presença do autor às aulas ministradas naquele mês), além de ressaltar que tentou rescindir esse contrato, sem sucesso.

Mesmo que se reconheça que essa tentativa não tenha sido levada a cabo pelo autor por escrito, como seria de rigor a partir da cláusula oitava do contrato (fl. 03), nota-se que a ré já tinha ciência do propósito do autor.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Isso fica claro quando ela assinalou que em 20 de novembro/2013 apresentou defesa perante o PROCON local (contestação de fl. 23), o que equivale a reconhecer que era de seu conhecimento desde então que o autor desejava o cancelamento do contrato e não iria a mais nenhuma aula (cf. relato de fl. 10).

Por outro lado, tomo como abusivo o parágrafo terceiro da aludida cláusula oitava, segundo o qual *"as desistências solicitadas a partir de 1º de novembro implicarão no pagamento da multa compensatória sobre o saldo devedor **TOTAL**, após quitar as prestações em atraso"* (fl. 03, grifo e negrito originais).

Com efeito, ele encerra exigência manifestamente excessiva do autor, afrontando a regra do art. 39, inc. V, do CDC.

Nem se diga, outrossim, que a cobrança efetuada não se referia à multa e sim aos valores das parcelas ajustadas (cf. contestação) porque como a ré sabia que o autor tencionava rescindir o contrato e não mais frequentaria as aulas correspondentes não se cogita de contraprestação de sua parte que lastreasse tal cobrança.

A conjugação desses elementos conduz à rescisão do contrato com o reconhecimento de que os valores em apreço são inexigíveis ao autor.

Ademais, sendo certo que a negativação do autor (implementada somente em maio/2014, isto é, quando a controvérsia estabelecida sobre o assunto noticiado estava estabelecida) foi em consequência irregular, isso basta para a configuração de dano moral passível de reparação, de acordo com pacífica jurisprudência:

"Consoante jurisprudência firmada nesta Corte, o dano moral decorre do próprio ato lesivo de inscrição indevida junto aos órgãos de proteção ao crédito, independentemente da prova objetiva do abalo à honra e à reputação sofrida pela autora, que permite, na hipótese, facilmente presumir, gerando direito ao ressarcimento" (REsp 679.166/MT, Rel. Min. **JORGE SCARTEZZINI**).

"Em se tratando de cobrança indevida, de rigor o reconhecimento de que a inscrição do nome do apelante no rol dos inadimplentes foi também indevida, daí decorrendo o dano moral por ele reclamado, passível de indenização. É entendimento pacífico do Colendo Superior Tribunal de Justiça que nos casos de protesto indevido de título ou inscrição irregular em cadastros de inadimplentes o dano moral configura-se in re ipsa, prescindindo de prova, ainda que a prejudicada seja pessoa jurídica" (AgRg no REsp 860.704/DF, Rel. Min. **PAULO DE TARSO SANSEVERINO**).

No mesmo sentido: REsp. 110.091-MG, Rel. Min. **ALDIR PASSARINHO JÚNIOR**; Resp. nº 196.824, Rel. **CÉSAR ASFOR ROCHA**; REsp. 323.356-SC, Rel. **ANTÔNIO DE PÁDUA RIBEIRO**).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

O valor da indenização, todavia, não poderá ser o proclamado pelo autor, que transparece excessivo.

Assim, à míngua de preceito normativo que discipline a matéria, mas atento à condição econômica das partes e ao grau do aborrecimento experimentado, de um lado, bem como à necessidade da fixação não constituir enriquecimento indevido da parte e nem aviltar o sofrimento suportado, de outro lado, arbitro a indenização devida ao autor em R\$ 1.000,00 (um mil reais).

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para declarar a rescisão do contrato celebrado entre as partes, com a inexigibilidade do débito cobrado do autor, e para condenar a ré a pagar ao autor a quantia de R\$ 1.000,00, acrescida de correção monetária, a partir do ajuizamento da ação, e juros de mora, contados da citação.

Torno definitiva a decisão de fl. 15.

Caso a ré não efetue o pagamento da importância aludida no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 27 de outubro de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**